

30.mai.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Dr.^a Lina Varela e Dr.^a Ana Sofia Veigas – Direção-Geral da Educação

Recebidos por: Deputados do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico

Assunto: Acordo Ortográfico

Exposição: O deputado Carlos Enes (PS), Coordenador do [Grupo de Trabalho](#), deu as boas vindas às convidadas e solicitou-lhes que expusessem a posição sobre o Acordo Ortográfico (AO) e a sua aplicação.

A Dr.^a Lina Varela informou que tem havido uma transição sem dificuldades, que o Ministério da Educação e Ciência organizou documentação de divulgação e apoio e um logotipo do Acordo Ortográfico e que foram prestados esclarecimentos aos docentes e aos encarregados de educação, com maior incidência durante o ano de 2011. Indicou também que foram feitas ações de formação para os técnicos da então Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), atual Direção-Geral da Educação (DGE) do Ministério da Educação e Ciência e os centros de formação disponibilizaram ações para os docentes.

Referiu ainda que foi aprovado um calendário de adoção de manuais escolares com a nova ortografia, em articulação com a APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros), tendo sido disponibilizada informação a esta e aos editores. Foi igualmente dada indicação de que as citações deviam ser ajustadas à nova grafia e utilizado o logotipo do AO.

Informou que, relativamente à aplicação do AO aos manuais escolares, o ensino secundário será abrangido pela nova grafia de uma só vez, no ano letivo de 2013/2014, que tem havido ações internas e externas de divulgação e que se verificou uma articulação entre a então DGIDC e o Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE) para a divulgação do calendário de adoção do AO no âmbito de provas e exames finais. Indicou que a aplicação do AO tem decorrido conforme o previsto e a DGE não tem conhecimento de dificuldades registadas na aplicação do mesmo. Referiu ainda que foi publicado o Guia do AO no Portal da Língua Portuguesa, o qual também foi disponibilizado na página da Direção-Geral, tendo sido igualmente enviada informação a todas as escolas.

Interveio depois a deputada Rosa Arezes (PSD), referindo que a sociedade civil tem manifestado muitas divergências em relação ao AO, nomeadamente de carácter emocional e jurídico e que é muito importante conhecer a vertente dos serviços do Ministério, que terão uma posição sem esse carácter.

Indicou que o Acordo não é consensual e é importante conhecer como tem decorrido a sua aplicação, tendo questionado se houve dúvidas dos encarregados de educação e se lhes chegaram posições dos editores e das universidades.

O deputado Carlos Enes (PS) questionou como é que os alunos do ensino básico estão a reagir, que dificuldades têm sido comunicadas por estes e pelos professores, que ações de formação foram feitas para os professores e se o foram desde o início e mais tarde pararam ou se têm continuado. Perguntou ainda quais têm sido as reações das escolas em relação à existência em simultâneo de manuais com a ortografia antiga e outros com a nova.

Em resposta, as representantes da DGE referiram que esta está mais ligada aos currículos, que as comunicações dos encarregados de educação têm sido pontuais e que são as Direções de Serviço Regionais da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (anteriores Direções Regionais de Educação) que estabelecem uma ligação mais direta com as escolas. Informaram que em 2011 houve mais pedidos e solicitações, tendo nalguns casos recorrido à Professora Doutora Margarita Correia, do ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional), para esclarecerem as questões. Também as dúvidas sobre determinadas palavras, que foram colocadas pelos professores, foram encaminhadas para aquela Professora e para o Doutor José Pedro Ferreira, do mesmo Instituto, que muitas vezes respondiam diretamente aos professores.

Referiram depois que, particularmente em 2011 e 2012, houve muita procura de formação, tendo depois diminuído. Indicaram que o AO neste momento é um dado adquirido nas escolas e que os alunos do 1.º ciclo assumem a nova grafia com muita facilidade.

Informaram ainda que não lhes chegaram questões colocadas pelas universidades. Por último, referiram que não houve obrigatoriedade de os professores fazerem ações de formação e reiteraram que havia formação disponível e os professores podiam inscrever-se nas ações que entendessem, nos centros de formação.

A gravação da audição e os documentos remetidos, nomeadamente com o enquadramento legal do AO, medidas adotadas pelo Ministério, situação atual e calendários para aplicação aos manuais escolares, encontram-se disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 30 de maio de 2013

A assessora

Teresa Fernandes